



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

ACTA NÚMERO DEZASSEIS

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E OITO. -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e oito, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um) – **Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e quatro de Abril de dois mil e oito** -----

----- Ponto Dois) – **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- Ponto Três) – **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Ponto Três Ponto Um) – **Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Ponto Três Ponto Dois) – **Apreciação e Votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2007.** -----

----- Ponto Três Ponto Três) – **Apreciação e Votação da Modificação número: 13 – Revisão ao Orçamento da Receita número:3 para o ano financeiro de 2008.** ----- Ponto

Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número: 13 – Revisão ao Orçamento da Despesa número:2 para o ano financeiro de 2008

----- Ponto Três Ponto Cinco) – **Apreciação e Votação da Modificação número: 13 - Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos número: 2 para o ano financeiro de 2008.** ----- Ponto Três

Ponto Seis) – Apreciação e Votação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Vimioso e o Centro Paroquial de Campo de Víboras. --

----- Ponto Três

Ponto Sete) – Apreciação e Votação do Protocolo para Promoção do Empreendedorismo Regional entre o Instituto Politécnico de Bragança e a Câmara Municipal de Vimioso ----- Ponto Três
Ponto Oito) – Apreciação e Votação do Relatório final de Apreciação de Propostas para contratação de um empréstimo no âmbito do Programa pagar a tempo e horas de 486.933,51 euros. ----- Ponto
Ponto Nove) – Apreciação e Votação da declaração de interesse público para “ Elaboração do Projecto de Execução para a Construção de um Açude no Rio Angueira para Reforço de Abastecimento de Água”. -----
----- Ponto
Três Ponto Dez) – Apreciação e Votação da alteração ao Regulamento de Serviços de Saneamento no concelho de Vimioso ----- Ponto Três
Ponto Onze) – Apreciação e Votação da alteração ao Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água no concelho de Vimioso. -----
----- Ponto Três Ponto
Doze) – Apreciação e Votação da alteração ao Pacto Social da Constituição da Sociedade “ Parque Ibérico Natureza e Aventura de Vimioso” Lda. -----
----- Ponto Três Ponto Treze) –
Outros Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão tendo passado a palavra à senhora segunda Secretária para verificação das presenças. Compareceram os senhores: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Nuno dos Santos Penascais Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Alcino Lopes Luís, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Ilda de Fátima Fernandes Martins e Manuel Delfim Martins Miranda. ---

Registou-se a falta do senhor deputado Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro e dos senhores, Vítor Manuel Fonseca Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Angueira e César Manuel Veiga Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Matela. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os Senhores Vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, José de Jesus Cepeda Prada, e Licínio Ramos Martins. -----

----- Ainda pela senhora segunda secretária, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia. -----

----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e quatro de Abril de dois mil e oito.** -----

----- Estando todos os membros da Assembleia na posse da acta (enviada antecipadamente), o Senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, por não ter estado presente na referida sessão. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Interveio o Senhor deputado Acácio Fernandes, tendo apresentado os seguintes assuntos:” **Taça da Associação de Futebol de Bragança:** parabéns à equipa de futebol da Águia Futebol Clube e aos seus dirigentes pela conquista desta taça. **Estrada Vimioso – Outeiro:** até que enfim que os ratos acabaram por compreender que esta estrada faz falta para o desenvolvimento do nosso e de outros concelhos. Mais uma vez se confirma a má vontade ou não - vontade de alguém em fazer esta obra. Espero que o buxo e a toupeira também acabem por compreender que a mini – hídrica em Algosos também faz falta. Oxalá que sim. **Edifício da Ex-escola Primária de Angueira:** dou os parabéns à Câmara Municipal pela requalificação da saída desta freguesia para as Três Marras na sequência do alerta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Está bonita, mas, Senhor Presidente da Câmara Municipal, há um problema resultante dessas obras, que é necessário resolver, como o Senhor Presi-

dente da Junta também já alertou: o acesso à entrada deste edifício. Senhor Presidente da Câmara Municipal, está mal, fica feio, ninguém pode lá entrar. Não me quero armar em técnico arquitectónico, longe disso, mas deixo aqui a minha humilde sugestão: três ou quatro degraus de granito em meio círculo acho que ficavam bem. Seja qual for a solução, urge resolver este problema e estou certo que o vai ser. Aproveito a oportunidade para lembrar que as bermas desta estrada precisam de uma intervenção de limpeza. **Pontão de Vila Chã:** Passei há dias neste pontão e gostei do que vi, parabéns à Câmara Municipal. Há apenas um senão a jusante: a margem direita precisa da intervenção de uma máquina pesada. Senhor Presidente agora venha a estrada, desde que haja oportunidade. Neste contexto, permitam-me lembrar que, quando houver oportunidade, e repito quando houver oportunidade, deve ser feita uma obra semelhante a esta em Mora. **Praia Fluvial Vale de Algosu/Uva:** Numa visita verifiquei que a albufeira foi desassoreada. Ótimo, muito bem. Parabéns à Câmara Municipal, mas, Senhor Presidente, na altura, mais ou menos há um mês, a casa de apoio e a zona envolvente mereciam um melhor tratamento. Estou certo que o vão ter. **Pedido de Informação:** qual o ponto da situação das obras de recuperação do castelo de Algosu e de construção do Centro Interpretativo.” ----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, começando por agradecer a intervenção / questões levantadas pelo Senhor deputado. Relativamente à conquista da Taça da Associação de Futebol de Bragança pelo Águia Futebol Clube, referiu que todo o concelho se congratulou com essa conquista estando o Águia de parabéns. No que respeita à ligação Vimioso/Outeiro, sublinhou o empenhamento aliás público, do Senhor Presidente da Câmara para a concretização deste projecto. Acrescentou que neste processo Vimioso (Câmara) tem tido total solidariedade por parte dos municípios vizinhos. Concluiu dizendo que se trata de uma questão de vontade política por parte das Estradas de Portugal e portanto do Governo Central. No que concerne à antiga escola primária de Angueira (escadas de acesso) informou que a questão seria colocada à fiscalização da obra, sendo que, tinha a informação de que a Junta de Freguesia se teria comprometido com esse acesso à escola, lembrando que a Câmara já havia reparado uma das paredes laterais. A propósito das bermas das estradas reconheceu a necessidade de serem limpas tendo informado que

os atrasos que no presente ano se verificam se devem ao facto de o motorista do tractor desmatador se encontrar em grave estado de saúde, tendo já sido colocado outro motorista que de momento se encontra já a limpar bermas de estradas municipais. Quanto ao pontão de Vila Chã informou que o Senhor representante da Junta já havia comunicado a situação apontada, havendo inclusive a necessidade de colocação de manilhas, sendo que, logo que possível essa intervenção seria feita. Relativamente ao pontão de Mora/Algozo, informou que a Câmara já tem o projecto, feito pelo GAT, e logo que haja financiamentos para a sua execução seria lançado o concurso. Finalmente, referiu que a Câmara desconhece se está ou não prevista por parte do IGESPAR, qualquer outra intervenção no Castelo de Algozo. Informou que as obras do Centro Interpretativo do mesmo castelo estavam paradas devido ao facto de, segundo informação do Dr. Paulo Amaral (arqueólogo do IGESPAR) o empreiteiro ter falido, donde houve necessidade de proceder a novo concurso, esperando que a obra esteja concluída o mais breve possível. -----

----- No uso da palavra o Senhor deputado Aníbal do Rosário deu os parabéns à Câmara Municipal e aos seus funcionários pela forma como organizou a festa da alegria (encontro de idosos).”Fiquei contente em participar e vi a animação que o nosso concelho tinha naquele dia. O encontro de gerações jovens, adultos e idosos foi bonito. No fim foi interessante encontrar pessoas a cumprimentarem-se e a recordarem as saudades com que eles participavam em certas actividades e feiras no tempo deles. Tive oportunidade de ver alguns conhecidos e realmente fiquei emocionado comigo próprio.” ----- Na sua intervenção o Senhor deputado José Luís Rodrigues começou por agradecer o convite endereçado pela Junta de Freguesia de Vimioso para o convívio/festa realizada no dia vinte e dois. Apesar de não poder ter estado presente louvou a iniciativa que promoveu o convívio e reforça os laços de amizade. Continuou dizendo que:” outra questão que me traz aqui, é uma questão de defesa da honra. Várias vezes tenho falado aqui em regulamentos e as pessoas ficam um bocado a duvidar da veracidade daquilo que estou aqui a afirmar. Tive a preocupação e fui buscar a legislação (a que me referi na última reunião) relativamente ao Parque Industrial, primeira fase (D.R. publicado em dois do três de mil novecentos e noventa e nove segunda série) em que fala nas condições de transmissão do direito de propriedade. Afirmei

aqui que o direito de propriedade, apenas era permitido na situação de pós-morte ou então desde que a actividade tivesse já sido exercida pelo menos há três anos que é aquilo que aqui diz. Relativamente ao regulamento Bebé do ano (não foi alterado e foi-me garantido aqui pelo Senhor Vereador) relativamente aos candidatos diz no ponto um: podem concorrer ao prémio Bebé do ano de Vimioso todas as pessoas que reunirem todas as seguintes condições: a) residência permanente no concelho há mais de um ano: b) serem pai ou mãe de bebé com idade inferior a um ano. Eu vim aqui defender aquilo que afirmei. Vocês têm a possibilidade de ver o Diário da República de dezasseis de Agosto de dois mil e dois segunda série número cento e oitenta e oito.” -----

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Disse: “relativamente à intervenção do Sr. deputado Aníbal do Rosário dizer-lhe que a Câmara Municipal faz aquilo que lhe compete. É o quarto ano consecutivo que vem fazendo esse encontro de idosos, a festa da alegria como lhe chamamos e de facto essa alegria tem sido contagiante, mais idosos têm vindo, acho que é importante e os nossos idosos merecem. Relativamente à intervenção do Senhor deputado José Luís, não sei porque há-de ser em defesa da honra! Relativamente aos regulamentos, quem ler a acta anterior diz claramente o Senhor deputado que só era possível transmitir os lotes na Zona Industrial após morte está escrito em acta são palavras dele não são minhas. Agora foi ler o regulamento e reconhece que passados três anos do exercício da actividade nem sequer é necessário pedir autorização à Câmara Municipal para acontecer isso. Portanto o senhor deputado falhou porque não estava devidamente informado. Relativamente ao Bebé do ano se vem um atestado da Junta de Freguesia e que reconhece que a pessoa ali vive, e por questões de trabalho se calhar não está lá todos os dias, o que é que o júri do concurso pode fazer com uma declaração a dizer que lá vive, não pode fazer mais nada!”-----

----- Interveio o Senhor deputado António Frias. Mostrou-se totalmente contra a utilização de herbicida considerando tratar-se de um produto altamente perigoso em termos de saúde. Informou que havia feito uma exposição ao Senhor Delegado de Saúde a propósito da utilização de herbicida junto à ETA do Angueira por parte de um elemento da Junta de Freguesia de Vimioso, Sr. Isidro Vicente. Sublinhou que não o

movia qualquer propósito de uma eventual punição do infractor, mas tão só o alertar para que o herbicida não fosse utilizado, fosse em que circunstancias fosse, não aceitando sequer a justificação de que o herbicida aplicado é ecológico pois que isso é totalmente falso exemplificando com um facto sucedido no seu próprio terreno em que, na sequência de aplicação de herbicida, por parte da Câmara, junto ao muro da sua habitação, três videiras secaram. Seguidamente informou que” alguns empresários de Vimioso se queixam que, ao longo dos últimos oito anos, a Câmara Municipal não lhes comprou nem um parafuso, nem um litro de óleo: Exemplificou com o caso do Senhor Paulo Lopes, que um jovem que, na sua opinião, devia ser ajudado e não asfixiado, considerando que tinha os mesmos direitos que os senhores José das Quintas e os irmãos do Luís Nazaré.” Finalmente dirigindo-se ao Sr. deputado Acácio Fernandes disse:” o senhor professor Acácio antigamente dedicava-se a ver as pequenas falhas que houvesse para denegrir a imagem desta Câmara, agora, dedica-se ao contrário, a ver o que esta Câmara tem de bom. Será que lhe vão arranjar um pelouro novamente este ano? Ou a prometerem-lho para depois não lho darem, fica lixado novamente, aí vai o leão atacar!” -----

----- Dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente para responder à última intervenção, relativamente à aplicação de herbicida reconheceu que é aplicado a pedido dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Considerou que a exemplo de qualquer pesticida terá sempre efeitos secundários. Relativamente à denúncia apresentada pelo Senhor deputado Frias, informou que a Delegação de Saúde havia informado a Câmara, tendo esta, de imediato, contactado o Senhor Isidro o qual assumiu a aplicação de herbicida no parque de merendas mas apenas debaixo das mesas onde não é fácil o corte da vegetação. Garantiu (o Senhor Isidro) não voltar a acontecer o mesmo solicitando, inclusivamente à Câmara maior fiscalização na aplicação de remédios para queimar silvas, muitas vezes também próximo de linhas de água. Em relação às queixas dos empresários, referiu que é política da Câmara Municipal comprar no concelho recorrendo apenas ao exterior no caso de não existir o material no concelho. Sublinhou que se procura comprar a todos os fornecedores referindo que a observação apresentada seria analisada. Contudo, lamentou que as queixas não fossem apresentadas directamente à Câmara sublinhando que quer o Senhor Presidente da Câmara e ele próprio estão sempre disponíveis

para receber e atender às reclamações, garantindo que toda a actuação é feita com total transparência. Quanto à análise feita pelo Senhor deputado Frias relativamente à postura/actuação do Senhor deputado Acácio Fernandes, disse não responder a esse tipo de insinuações, cabendo ao Senhor deputado Acácio, se assim o entender responder. ----- Pediu e foi autorizado a intervir o Senhor deputado Acácio Fernandes, tendo afirmado:” em relação ao que diz o senhor deputado Frias, há um lema popular que diz: nunca respondas a provocações. Claro que eu não vou responder! Mas, quero dizer ao Senhor deputado António Frias que eu sou como sou e gosto de ser como sou. Ninguém tem nada a ver com isso. Eu nunca lhe disse a si que o senhor devia fazer isto ou devia fazer aquilo, daí dizer-lhe que eu gosto muito da minha independência e da minha liberdade.” ----- Solicitou e interveio o Senhor deputado António Frias referindo que nunca disse ao Professor Acácio que deve fazer isto ou deve fazer aquilo, eu digo aquilo que ele faz. Atenção, não digo o que deve fazer, nem eu sou pessoa para o elucidar, julgo que o Senhor Acácio é uma pessoa inteligente e eu não tenho capacidades para lhe dizer o que deve fazer, agora que faz estas coisas faz.” -----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, tendo verificado as obras de corte de taludes a decorrer na Estrada Nacional duzentos e dezoito entre Vimioso e Carção, questionou/sugeriu se não seria preferível a Câmara Municipal abdicar da “estrada dos ratos” e defender uma solução menos ambiciosa que passaria pela melhoria da Estrada Nacional duzentos e dezoito garantindo assim uma acessibilidade mais rápida à capital de distrito. Considerou esta possibilidade razoável considerando que, como em tudo na vida “ nunca temos aquilo que queremos, temos aquilo que podemos.” -----

----- No uso da palavra o Sr. deputado Aníbal do Rosário levantou novamente a questão da aplicação de herbicidas mostrando-se totalmente contra considerando / defendendo que se devia encontrar outra solução. Reforçou esta sua posição referindo que já por várias ocasiões pessoas haviam mostrado o seu descontentamento face às consequências resultantes do herbicida. Considerou que apesar de ficar mais caro, era preferível pagar a quem cortasse a vegetação, defendendo dessa forma o ambiente e a saúde pública. -----

----- Ainda sobre este assunto interveio o Senhor deputado José Luís. Referiu que todos concordavam que os herbicidas eram prejudiciais; no entanto apelou à coerência dizendo que, só quem não os aplica ou aplicou é que tem autoridade para criticar, integrando-se ele próprio, nesse grupo. Nesse sentido referiu que era justo louvar a posição da Junta de Freguesia de Angueira pois que, nunca autorizava a aplicação de herbicida, optando por pagar a quem corte a erva e limpe as ruas da aldeia. Referiu-se ainda à questão do incumprimento dos regulamentos, dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, para dizer que as transferências e as negociatas que se fizeram (na zona industrial) foram feitas antes dos três anos de utilização, donde o regulamento foi violado. Sublinhou que apenas o move o total cumprimento dos regulamentos, referindo que hoje mesmo seria votado outro (regulamento) esperando que fosse cumprido, caso contrário mais valia não o fazer e aprovar. Reforçou esta posição dizendo que:” eu não sou contra o Bebé do ano. Gostaria que atribuissem cem prémios, mas que os atribuissem de acordo com o regulamento, porque senão eu posso chegar aí e convidar vinte ou trinta amigas que tiveram o parto durante o ano e dizer-lhes: olhem venham inscrever os filhos a Vimioso e levam o prémio.” ----- Dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, respondeu dizendo que a intervenção a decorrer na Estrada Nacional duzentos e dezoito se deve a questões de segurança, pois que, havia perigo de derrocada. Informou que a Câmara Municipal estava a preparar uma exposição a enviar à Direcção de Estradas de Bragança, alertando para outros locais que se consideram inseguros nessa mesma estrada. Sublinhou que essas intervenções em nada demoviam a Câmara Municipal de lutar por uma ligação rápida e cómoda do IP4 e portanto a Bragança. Sublinhou que a Câmara nunca defenderia outra solução que não a ligação Vimioso – Outeiro, cabendo à Estradas de Portugal e ao Governo a decisão final. Respondeu ao senhor deputado Aníbal dizendo que a Câmara pode prescindir da aplicação de herbicida sublinhando que acontece a pedido das Juntas de Freguesia. Referiu que, se a Junta de Freguesia de Angueira merece ser louvada como disse o senhor deputado José Luís, igual louvor deve ser dado à Junta de Freguesia de Matela uma vez que também ela nunca solicitou nem aplicou herbicida. Quanto ao regulamento da zona industrial e à intervenção do senhor deputado José

Luís, informou que a Câmara já autorizava transferências / vendas de lote, sempre no total respeito pelo regulamento. Se houve “negociatas”, referiu que as desconhecia. Sublinhou que a Câmara Municipal era a primeira a fazer cumprir os regulamentos considerando que não se pode fazer aos mesmos interpretações abusivas ou restritivas. Mais uma vez sublinhou que o senhor deputado José Luís alterava a sua posição relativamente à sessão anterior, fruto da sua pesquisa dos regulamentos, situação que louvou até porque permitiria ao senhor deputado não falar de cor. -----

Ainda a propósito dos regulamentos, no uso da palavra, o senhor deputado António Frias referiu:” isto de cumprir regulamentos não é só com esta Câmara, isto já vem de trás, vem do senhor Marrão, vem do senhor Miranda, vem de todos os que passaram por esta Câmara. Agora esta Câmara está a mandar cartas a alguns indivíduos para tentar que construam, mas eles não têm dinheiro, não vão construir, não têm hipótese. Alguns já venderam os terrenos, que compraram na mesma altura. O que é que a Câmara pode fazer nesta situação? Teria que fazer uma guerra para reaver, para impor novamente a verdade. Agora daqui em diante o que esta Câmara podia fazer, os protocolos que se fizerem nesse sentido, obrigá-los a cumprir. até aqui já não há hipótese porque todos eles prevaricaram.” ----- Não houve mais intervenções neste período. -----

Ponto Três) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto Três Ponto Um) – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----

Uma vez que todos os membros da Assembleia estavam na posse da referida informação, o Senhor Presidente da Assembleia questionou se havia pedidos de intervenção. Não se registou qualquer pedido. -----

Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2007. -----

Introduziu este ponto o Senhor Vice-Presidente tendo remetido para o respectivo documento, exemplificando tratar-se de normativas do Pocal (diferença entre custos e proveitos), tendo a Câmara Municipal deliberado, baseada na informação do Chefe de Divisão Financeira, ou seja cinco por cento para a conta cinquenta e sete ponto um – Reservas legais e manter a parte restante (noventa e cinco por cento) na conta resultados transitados. Não houve inter-

venções/pedidos de esclarecimentos pelo que o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três
Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número treze – Revisão ao Orçamento da Receita número três para o ano financeiro de dois mil e oito. ----- Ponto Três

Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número treze – Revisão ao Orçamento da Despesa número dois para o ano financeiro de dois mil e oito. ----- Ponto Três

Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Modificação número treze – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos número dois para o ano financeiro de dois mil e oito. -----

Dados os três pontos estarem relacionados entre si o Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que fossem introduzidos e discutidos em conjunto, sendo que a sua votação ocorreria separadamente. -----

Introduziu os pontos/documentos o Senhor Vice-Presidente:” eu começaria pelo ponto três ponto cinco que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos onde podem constatar, os senhores deputados, que há a inserção de uma rubrica que é a construção do Centro de Convívio de Campo de Víboras. Tratando-se de uma obra (uma empreitada nova) que não constava em plano tem que agora figurar para podermos lançar a obra. Isto implica obviamente alterações no Orçamento da Receita e da Despesa, como podem verificar.” Não tendo sido solicitados esclarecimentos o Senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação. Foram todos aprovados por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Vimioso e o Centro Paroquial de Campo de Víboras. -----

----- Para introduzir este ponto foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Referiu:” Na sequência das alterações ao Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano, vem exactamente aqui este protocolo com o Centro Social e Paroquial de Campo de Víboras. Dizer que a Câmara em sessão de reunião de Câmara já tinha decidido ceder a escola, mas depois houve a possibilidade de fazer uma candidatura ao INTERREG e a Câmara fez essa candidatura. A partir daí com o Centro Social

e Paroquial de Campo de Víboras e com o contributo do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, que foi extremamente importante, chegamos a este protocolo. Resulta claro uma coisa: no financiamento das obras se houver fundos comunitários, a comparticipação nacional é do Centro Social, se não houver comparticipação comunitária o custeamento da obra é da responsabilidade do Centro Social e Paroquial. Oxalá a candidatura venha aprovada, que terão que pôr menos dinheiro, se não vier terão que o pôr todo. Responsabilidade da Câmara é o projecto, lançar a obra e fiscalizar a obra.” -----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo disse não ter nada a opor ao protocolo, esperando que fosse assinado um protocolo idêntico com a comissão do S. Bartolomeu, em Argoselo, para melhorar a acessibilidade ao Santuário, que se encontra muito degradada. -----

----- Interveio o senhor deputado José Luís. Mostrou-se extremamente de acordo com o protocolo, considerando que são de louvar os protocolos que a Câmara Municipal celebra com as várias entidades. No entanto disse que gostaria que a disponibilidade demonstrada pela Câmara neste protocolo que fosse mantida e concretizada noutros protocolos já assumidos pela mesma Câmara. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Aníbal do Rosário. Louvou o protocolo sublinhando, para lá de outros aspectos, o facto de ser recuperada escola primária para outros fins. Considerou o exemplo como um exemplo a seguir não só pelos centros sociais e paroquiais mas também pelas Juntas de Freguesia e associações de diferentes aldeias. Louvou a iniciativa e a acção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras que foi o principal impulsionador deste projecto. -----

----- Para responder às anteriores intervenções foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Relativamente à proposta de protocolo, com a confraria de S. Bartolomeu, apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, referiu que caso a confraria esteja disposta e interessada num protocolo com as mesmas cláusulas, a Câmara Municipal está disponível para o fazer de imediato. Alertou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo que a Câmara Municipal, no protocolo com o Centro Social e Paroquial de Campo de Víboras, não assume qualquer responsabili-

dade financeira, apenas compromissos logísticos, donde assumirá os mesmos compromissos com a confraria caso esta assuma a responsabilidade financeira. Mais ainda, caso surja a possibilidade de candidatura a fundos comunitários na área das acessibilidades, a Câmara candidatava essa ligação. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Luís congratulou-se com o facto de apoiar o protocolo em discussão. Quanto ao ter referido que a Câmara devia concretizar outros protocolos assumidos, recordou que essa era justamente a prática deste executivo, dando como exemplo os protocolos com as comissões fabriqueiras tendo como objectivo a recuperação do património religioso (Igrejas). A este propósito informou que para a comissão fabriqueira de Angueira foram transferidos (em dinheiro) dezassete mil euros, concluindo que, a Câmara Municipal sempre apoiou iniciativas consideradas pertinentes e estruturantes nas diferentes freguesias. Continuou dizendo, e na linha de pensamento do senhor deputado Aníbal do Rosário, que já existem várias escolas primárias (desactivadas) cedidas (em protocolo) a associações (de caçadores, ex: vale de Frades, Avelanoso, Junqueira) por forma não só a que essas associações possam desenvolver as suas actividades, mas também a manter esses edifícios preservados. Exemplificou ainda com a recente deliberação de alugar a EB1 de Vimioso a duas jovens que querem desenvolver actividade na área do apoio a crianças (pré-escolar e 1º ciclo). -----

----- Interveio o senhor deputado Luís Diz. Confirmou o último exemplo dado pelo Senhor Vice-Presidente, sublinhando que a Câmara apoiou de forma inequívoca a iniciativa das duas jovens, garantindo dessa forma a criação de postos de trabalho e a conservação de um edifício desactivado. -----

----- Não se registaram mais intervenções. O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação do Protocolo para Promoção do Empreendedorismo Regional ente o Instituto Politécnico de Bragança e Câmara Municipal de Vimioso. -----

-- Introduziu este assunto o Senhor Presidente da Câmara. Informou que a Câmara Municipal, juntamente e a exemplo de todas as Câmaras do distrito, assinou este protocolo por forma a fomentar o empreendedorismo. Referiu que aquilo que foi assinado (Protocolo) a Câmara Municipal já o vem fazendo, ou

seja criar e oferecer todas as condições para a instalação de empresas no concelho, donde não poderia deixar de aderir e associar-se ao IPB. -----

-- Porque não houve pedidos de intervenção este assunto foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidades e em minuta. -----

Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação do Relatório Final de Apreciação de Propostas para Contratação de um empréstimo no âmbito do Programa pagar a tempo e horas de 486.933,51 euros. -----

----- Introduziu este ponto o Senhor Vice-Presidente. Informou que o Governo criou este programa por forma a que as autarquias que tenham capacidade de endividamento possam saldar dívidas para com os fornecedores. Continuou dizendo que se trata dum empréstimo mas com condições muito favoráveis em termos de taxas, donde é uma oportunidade que a Câmara deve aproveitar. ----

----- Não se registaram intervenções, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação tendo sido aprovado por maioria. Abs-tiveram-se o senhor deputado José Luís e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina. Posto à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: pelo senhor deputado António Frias:” Julgo que as Câmaras ao fazerem os Planos anuais devem-nos fazer mediante as verbas que têm para esse ano. Admito que haja enganoso. Direi que se queira fazer algo mais e que seja necessário este empréstimo.” -----

----- Pelo senhor deputado José Luís.” Abstenho-me porque esta situação dá-me vontade de rir. Por um lado eu apoio a Câmara em ir buscar aquilo que lhe possibilitam, porque isto não foi feito para a Câmara de Vimioso, isso é para aqueles grandes, Lisboa, Porto para colmatarem as dívidas. A Câmara faz bem em aproveitar e ir buscar o dinheiro. Agora, por outro lado, também estou como o Frias, isto é assim: se for para pagar, concordo, se for para permitir maior endividamento, aí votaria contra.” -----

----- Ponto Três Ponto Nove) – Apreciação e Votação da declaração de interesse público para “Elaboração do Projecto de Execução para a Construção de um Açude no Rio Angueira para Reforço de Abastecimento de Água”. -----

Dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente este pediu autorização para responder à inter-

venção anterior do senhor deputado António Frias. Referiu que a Câmara tem tido uma grande preocupação com a programação em função dos recursos. Contudo, sublinhou que é frequente aparecerem necessidades imprevistas ou até trabalhos a mais nas empreitadas. Lembrou ao senhor deputado que ele próprio na sessão anterior solicitara intervenção na rotunda e jardins na área onde ele reside, trabalhos que acarretam despesas. Sublinhou que a situação financeira da Câmara está controlada, reforçando que a Câmara de Vimioso é das que apresenta maior índice de investimento. Continuou dizendo que sempre que haja a possibilidade de a Câmara se candidatar a fundos comunitários, deve fazê-lo, nem que, para o auto-financiamento, tenha de recorrer a empréstimo uma vez que a partir de dois mil e treze poderão não existir fundos comunitários, donde deve fazer-se tudo para aproveitar este novo quadro, a exemplo do que foi feito no anterior. Relativamente ao ponto, da ordem do dia, em questão, informou que a aprovação da declaração de interesse público decorre da necessidade de justificar junto da CCDRN que o reforço da armazenagem de água na ETA do Angueira é fundamental para o abastecimento às populações. Esta necessidade decorre do facto de existirem questões legais relacionadas com intervenções em zona de reserva ecológica e/ou Rede Natura. Explicou todas as diligências efectuadas até ao momento das quais se concluiu que é necessária uma nova obra / barragem para retenção de água, ainda que em área protegida, sendo que para a sua autorização é necessária a respectiva declaração de interesse público, não existindo, contudo, garantias de que seja aprovada essa obra. Concluiu dizendo que quando se coloca a hipótese de abastecimento de água para consumo humano, a partir do Rio Douro, essa hipótese não é tão descabida como por vezes se possa pensar. -----

----- Interveio o senhor deputado José Luís. Defendeu que todos os obstáculos colocados as intervenções nos rios designadamente o Angueira, para retenção de água para consumo humano, podem ser ultrapassadas fazendo intervenções nos açudes a montante da ETA, se necessário, logo a partir dos primeiros, sendo que alguns desses açudes já existiam antes de toda a legislação relativa à Reserva Ecológica e Rede Natura dois mil. Reforçou esta ideia com alguns exemplos de pequenas intervenções em alguns dos pequenos açudes, os quais possibilitam a retenção de água por períodos de tempo significativos. -

----- O Senhor Pre-

sidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo-se registado a sua aprovação por unanimidade e em minuta. ----- **Ponto Três Ponto Dez) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento de Serviços de Saneamento no Concelho de Vimioso. ----- Ponto Três Ponto Onze) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento do Serviços de Abastecimento de Água no Concelho de Vimioso. -----**

----- Os dois pontos foram discutidos em simultâneo, sendo que a sua votação decorreu separadamente. ----- Foram introduzidos os documentos pelo Senhor Vice-Presidente. Informou que, na sequência da nova legislação já publicada se tornou necessário / obrigatório proceder à alteração dos regulamentos e elaboração, até, de novos. Sublinhou que o mais importante nos regulamentos, ou pelo menos aquilo que mais directamente interessa aos munícipes se prende com as novas tarifas a praticar, referindo que os preços das tarifas agora propostos, ainda que baseados num estudo técnico-financeiro (viabilidade) jamais poderiam corresponder ao princípio do utilizador / pagador, pois que, a ser aplicado esse princípio as tarifas seriam completamente incomportáveis pelos consumidores. -----

----- Interveio o senhor deputado Aníbal do Rosário. Referiu ter ouvido na comunicação social as alterações no domínio da água, e questionou se, mesmo não se pagando o aluguer do contador, o consumidor passa a pagar mais ou menos com as novas alterações / actualizações. Ora passando a pagar mais (após resposta imediata do Senhor Vice-Presidente) sugeriu à Câmara que os aumentos não fossem muito significativos, atendendo a que grande parte dos consumidores são pessoas idosas e de poucos recursos. ----- Na sua intervenção o senhor deputado José Luís disse que, “ no geral do documento eu concordo. Mas suscitou-me uma série de dúvidas: as actuais instalações continuam? Aqui fala na questão dos contadores que deverão ser fornecidos e instalados pela Entidade Gestora: são contadores novos? Vão ser substituídos? Continuam os mesmos? Depreendo daqui que a Entidade Gestora fará a instalação de novos contadores, verdade?” ----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Mostrou concordância com o senhor deputado Aníbal do Rosário. Uma vez mais sublinhou que as tarifas propostas correspondem ao

mínimo. Lembrou que as IPSS's do concelho não pagam nada pela água que consomem. Concordou que têm de ser criadas condições para atrair pessoas, tendo recordado que as condições que dependem exclusivamente da Câmara estão criadas e outras têm sido desenvolvidas. Alertou para o facto de, a curto prazo, seja quem for que venha a gerir a água, as tarifas vão aumentar, criando mais apelando para que os consumidores utilizem a água de forma racional. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Luís, respondeu que os contadores passam a ser da responsabilidade da Entidade gestora (agora Câmara) pois que a Câmara vende um produto – água -: Exemplificou com o caso das bombas de gasolina em que o consumidor apenas paga o combustível. Contudo lembrou que era impossível a Câmara proceder no imediato a um curto espaço de tempo a todas as alterações. -----

----- De novo no uso da palavra o senhor deputado José Luís, questionou se é a Câmara a fornecer a água devia ser ela a fornecer o contador, no entanto o consumidor tem de pagar trinta euros pela colocação segundo o regulamento. Defendeu que quem devia pagar o contador era a Câmara e não o consumidor.

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que as taxas a cobrar pela colocação do contador, referem-se ao trabalho / custos de colocação e não ao contador em si mesmo, sendo que os contadores existentes não serão substituídos até porque obedecem a todos os requisitos técnico-legais. --

----- Não se registaram mais intervenções. Ambos os pontos, votados de forma isolada, foram aprovados por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três Ponto Doze) – Apreciação e Votação da Alteração ao nome do Pacto Social para Constituição da Sociedade “ Parque Ibérico e Aventura-VIIP de Vimioso” Lda. -----

O Senhor Vice-Presidente introduziu este ponto. Informou que na sequência da deliberação da sessão anterior acerca do Pacto Social havia sido pedido o número de contribuinte sendo que esse pedido tem e foi acompanhado de vários nomes. Uma vez atribuído o número e o nome e porque o facto de a Câmara ficar com cinquenta por cento das quotas, essa circunstância obrigava a gastos com a sociedade a criar, designadamente com Revisor Oficial de Contas, sendo que qualquer empréstimo a contrair era contabilizado para o endividamento municipal, foi deliberado em reunião de Câmara adoptar o nome - “Parque Ibérico

Natureza e Aventura de Vimioso-VIIP, Lda” e quatro por cento das quotas da Câmara passarem para as quatro Juntas de Freguesia, garantindo-se assim a maioria das quotas no sector público (quarenta e seis por cento Câmara e oito por cento Juntas de Freguesia – Vale de Frades, Angueira, Avelanoso e Vimioso) ficando a empresa privada com a mesma quota inicial. -----

----- Posto à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade e em minuta. ----- **Ponto Três Ponto Treze) – Outros Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O senhor deputado Vítor Paiva a propósito do Regulamento do Bebê do Ano, mais concretamente no que respeita à residência dos pais, e na sequência das intervenções do senhor deputado José Luís, referiu:” No âmbito da cidadania nós temos o direito de escolher a nossa residência quando entendermos e quando quisermos. O direito de residir em determinada localidade não quer dizer que seja o local de trabalho, desde que ele obedeça às regras existentes. Por isso nós temos uma primeira residência e a Lei permite que nós tenhamos uma segunda residência. E não quer dizer que a primeira ou a segunda residência não nos dê os mesmos direitos de cidadania. É neste pormenor que eu penso que faz um erro de interpretação, salvo o devido respeito. Relativamente ao regulamento da zona industrial referiu que se houve especulação ela aconteceu na primeira fase da zona industrial não sendo da responsabilidade deste executivo. Louvou a Câmara Municipal pela abertura e incentivos que tem tido para com os jovens, bem demonstrativa no protocolo assinado com o Instituto Politécnico de Bragança relativo ao empreendedorismo, sinal positivo que demonstra ainda a alteração profunda ocorrida nas instituições universitárias pois que, hoje estão muito mais abertas ao exterior, à sociedade civil.” ----- No uso da palavra

o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, alertou para o facto de a estrada Vimioso – Três Marras apresentar alguns sinais de deterioração, fruto do grande movimento que regista, defendendo uma intervenção imediata por forma a evitar, de futuro, intervenções maiores e mais caras. -----

----- Interveio o senhor deputado José Luís sugerindo que, uma vez que a máquina de rastos se encontra na freguesia de Angueira, fosse beneficiada a ligação do caminho Angueira – Serapicos facilitando o percurso tão apreciado por tanta gente. Con-

tinhou alertando para o facto de serem criadas condições de protecção / segurança na estrada municipal imediatamente a seguir à ponte de S. Joanico em direcção a Angueira, uma vez que existe um declive acentuado do lado direito, situação geradora de grande perigo. Respondeu ao senhor deputado Vítor Paiva dizendo que tinha conhecimento de que qualquer pessoa podia ter mais de uma residência, contudo, sublinhou que no regulamento do Bebé do Ano, obriga a que os pais tenham residência permanente no concelho. Continuou dizendo que ficava muito bem ao senhor deputado Vítor Paiva defender a Câmara e o Senhor Presidente, e que se até podia haver motivos para isso, este não era certamente um deles, acrescentando que nem com a argumentação de jurista se podia justificar a noção / conceito de residência permanente. Reconheceu que, relativamente à zona industrial, o regulamento não vem sendo cumprido desde o seu início, tendo-se permitido as tais “negociatas”. -----
----- O senhor deputado António Frias alertou para uma situação, na direcção Vimioso – S. Joanico, do lado esquerdo da estrada, próximo do campo de treino de cães, existirem bidões de alcatrão enterrados, situação que põe em perigo o ambiente, donde sugeriu à Câmara a tomada de medidas. ----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires. Questionou de quem era a responsabilidade da manutenção do troço da antiga estrada Caçarelhos – Vimioso, agora substituída pela nova ponte. Referiu que o acesso ao parque de merendas e velha ponte se encontra dificultado sendo necessário limpar as bermas (vegetação) independentemente de quem fosse a responsabilidade. Ainda acerca da residência permanente, a propósito do Bebé do Ano, apresentou o seu caso:” a minha residência oficial ou fixa ou como lhe queiram chamar é Caçarelhos apesar de eu trabalhar fora do concelho e morar durante a semana fora do concelho. Quando me perguntam pela minha residência eu digo sempre que sou de Caçarelhos concelho de Vimioso distrito de Bragança. Nunca digo a minha residência secundária ou a minha residência durante a semana. Se algum dia for pai e quiser registar o meu filho, se na altura eu ainda for Presidente de Junta serei eu a passar a declaração. O Presidente de Junta não me vai poder negar essa declaração, a minha residência oficial é Caçarelhos o meu bilhete de identidade tem a residência em Caçarelhos. O que se passou aqui relativamente ao caso de Vilar Seco é um caso idêntico ao meu, com cer-

teza se a pessoa tem no bilhete de identidade residência oficial Vilar Seco o Presidente da Junta jamais lhe podia negar essa declaração.” -----

----- Ainda neste contexto o senhor deputado António Frias referiu que se usa a residência (local) em função das conveniências, justificando e perguntando concretamente se o seu filho que tem residência em Vimioso mas trabalha (dá aulas) na Azambuja pode adquirir um lote de terreno no loteamento S. Vicente a um cêntimo o metro quadrado. -----

----- O senhor deputado Aníbal do Rosário. No âmbito do protocolo assinado com o IPB e que elogiou, sublinhou a importância de apostar em projectos inovadores existindo condições no concelho para a sua implementação, como é o caso da energia solar, permitindo a redução de custos no consumo de energia para iluminação pública. Apresentou as vantagens dessa tecnologia com investimentos pessoais em explorações agrícolas /pecuária. Sugeriu que se fossem fazendo experiências pontuais e, em função da sua avaliação poder estendê-las a todo o concelho. -----

----- Interveio o senhor deputado Nuno Penascais. Congratulou-se com a assinatura do protocolo com o IPB, considerando-o uma boa ferramenta de apoio aos jovens e à sua fixação no concelho. Considerou que a aposta nas energias alternativas é uma aposta de futuro, defendendo a sua adopção / utilização de forma rápida designadamente em edifícios públicos e instituições que apresentam maior consumo de energia. Questionou ainda acerca do estado da obra da Unidade de Cuidados Continuados, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, considerando-a uma valência fundamental para o concelho. -----

----- Para responder às anteriores intervenções foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Relativamente ao serviço da máquina de rastos em Angueira, disse que iria apresentar a questão aos técnicos para verificar da possibilidade e pertinência do trabalho. Disse desconhecer a existência de bidões de alcatrão, referida pelo senhor deputado Frias, tendo dito que iria verificar a situação para posterior tomada de medidas. Considerou a utilização de energias alternativas, apresentada pelos senhores deputados Aníbal Rosário e Nuno Penascais, como solução de futuro, informando que estão a ser feitos estudos a esse respeito sendo que por enquanto ainda há alguns constrangimentos técnicos designadamente no que respeita às linhas, propriedade da

EDP. Quanto à Unidade de Cuidados Continuados sublinhou que tem sido preocupação sua e da Câmara a sua implementação. Recordou o seu empenhamento e da Câmara a nível de projecto e de procura de financiamentos em perfeita articulação com a Santa Casa da Misericórdia. Felizmente que agora as obras começaram, ou pelo menos está adjudicada, havendo ainda necessidade de introduzir alteração ao projecto fruto da alteração da Lei da própria lotação prevista. Sublinhou que a Câmara continua a dar todo o apoio possível. Disse ter conhecimento de que actualmente já são possíveis candidaturas a setenta e cinco por cento, sendo que então eram só a quarenta por cento. Mostrou a sua ansiedade por ver a Unidade a funcionar, evitando assim que gente do concelho, com necessidade desses serviços, tenha de ir para outros concelhos, como acontece actualmente. Quanto à questão levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos informou que o troço da estrada em questão ainda não fora desclassificada mas que não era fácil a Estradas de Portugal intervirem nela, comprometendo-se a alertar a mesma para o facto, e, não o fazendo, a Câmara tomaria alguma posição, tal como o tem feito na estrada para Pinelo, pois que, é necessário garantir a circulação com segurança. ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, interveio para agradecer o apoio dado ao protocolo com o Centro Social e Paroquial de Campo de Víboras com vista à construção do centro de convívio. Realçou a importância do centro para a freguesia porque para além de servir as pessoas, cria empregos e evita que o edifício da escola primária se degrade. Referiu-se, em seguida, ao tractor desmatador sublinhando a importância do trabalho que faz. No entanto foi da opinião e sugeriu que, não sendo possível trabalhar em caminhos estreitos, que a Câmara encontrasse outra solução para esses caminhos que necessitam de ser limpos (silvas). Neste contexto também se mostrou contra a utilização de herbicidas, no entanto a verdade é que não é fácil encontrar mão-de-obra para a limpeza das aldeias, com a agravante de serem necessários seguros e não ser legal pagar como se fossem jeiras. Além disso, apesar de concordar que qualquer pesticida é prejudicial, questionou o que seria das culturas, designadamente frutícola, se não se recorresse a esses produtos. -----

----- O senhor deputado Manuel João Português, na sua intervenção, referiu-se à conquista da taça (futebol) pelo Águia Futebol Clube disse:” foi com gran-

de emoção que entrei no Estádio Municipal de Bragança e vi aquela bancada (bancada central) cheia de gente de Vimioso e das aldeias. Havia mais qualquer coisa para além do futebol que levasse as pessoas a estarem ali. E para culminar, a cereja no topo do bolo, o Águia ganhou a taça na terra do adversário, um adversário teoricamente mais forte. Por isso eu iria propor um louvor à Instituição Águia de Vimioso. Nos tempos em que os clubes de Lisboa ganhavam campeonatos, os Presidentes de Câmara gostavam de os ter (as equipas) ao lado, de os mostrarem de andar com eles, e então eram criticados por aproveitarem politicamente o futebol. Agora que é o Porto que ganha, a Câmara do Porto é criticada por virar as costas ao futebol. Ora bem, sem que pareça um aproveitamento político, eu gostaria que a Câmara ou até a Assembleia Municipal fizesse uma homenagem (não sei se já houve algum evento) aos rapazes e equipa técnica e à direcção. Se o Mãe D'água subiu de divisão, foi à terceira divisão, e perdeu com Vimioso, quer dizer que Vimioso podia perfeitamente ter subido de divisão. Podíamos, eu sei que já houve conversações, pensar numa forma de unir o concelho de Vimioso à volta de uma equipa só." -----

----- Ainda relativamente ao Futebol, no uso da palavra o senhor deputado José Luís disse:" é uma verdade que toda a gente se sentiu satisfeita com a vitória da taça da Associação de Futebol de Bragança. Foi bom. Eu não estive presente, mas é bom saber que muita gente de Vimioso lá esteve. O que me custa é que essa mesma gente de Vimioso não esteja a acompanhar o Águia aqui em Vimioso. Houve jogos de futebol em que não havia mais de vinte a trinta pessoas. Passa-se em Vimioso, passa-se em Carção e passa-se em Argoselo. Aquela ideia de formar um grande clube, um clube de maior dimensão aqui em Vimioso, em Carção ou em Argoselo, não era má ideia, mas sei que o bairrismo das pessoas leva a que isso não aconteça. Poderia estudar-se uma outra hipótese que era um dos clubes voltar-se mais para os séniores outro para os juniores e outro se calhar mais para as classes mais jovens. É difícil de compreender porque cada um quer a sua quintinha e todos lutam uns contra os outros. Se calhar o maior bairrismo o jogo mais agressivo e mais competitivo verifica-se até entre os três clubes. Se fosse possível, a ideia que o Manuel João aqui apresentou, seria óptimo mas teria que haver grande mudança de mentalidade nas pessoas. Vimioso já teve outros momentos de glória, já foi campeão distrital da segunda divisão,

eu tenho lá em casa uma faixa de honra que me foi entregue.” -----

----- Na sequência da proposta apresentada pelo senhor deputado Manuel João, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor ao Águia Futebol Clube, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, começou por referir, a propósito do tractor desmatador, que quando foi adquirido, fora essa a análise dos técnicos, a pensar nas estradas municipais. Agradeceu a intervenção e sugestão do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo de Víboras, Domingos Pimentel, comprometendo-se a analisar com os técnicos, a necessidade e a melhor opção para aquisição de outros equipamentos daquela natureza. Relativamente ao senhor deputado Manuel João” só tenho a agradecer e fico muito contente por se ter lembrado disto. Para mim foi uma tarde que irei recordar para toda a vida. De facto foi uma alegria muito grande. Assisti ao jogo com o meu colega de Bragança. Ele próprio ficou maravilhado com a nossa gente, com a alegria com a disposição no fim do jogo. Convivemos todos, ele fez o favor de nos oferecer um jantar a todos, só temos que agradecer a forma como fomos recebidos e a forma como saímos de Bragança, com amizade com toda aquela gente. Era óptimo haver uma só equipa no concelho mas é óbvio que, eu compreendo por exemplo se calhar tanto em Argoselo como em Carção são povoações que já estão habituados há muitos anos a ter equipa. Falando ainda no Águia nós já tínhamos pensado fazer essa homenagem, dar-lhe algum alento, enfim, para que de facto continuem e oxalá que para o ano venham a ter também bons resultados. O louvor deixa-me muito contente.”-----

----- Não houve mais intervenções. -----

----- **Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não se registaram intervenções neste período. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
